

DISCURSO DA SESSÃO COMEMORATIVA DO 8 DE JULHO

Terezinha Alves de Oliva*

Senhoras e Senhores:

No ano passado realizamos a sessão comemorativa do dia 08 de julho saboreando a aproximação da festa do centenário. Foi um ano fecundo na reflexão sobre a contribuição passada e as perspectivas de futuro para este sodalício. O ato inaugural celebrado com toda a sua carga de significados, não esgotou, porém, aquela reflexão. Falar da emancipação de Sergipe é sempre motivo para falar do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, marco na busca da nossa emancipação intelectual. Eis porque podemos hoje fazer referência ao centenário da Revista do IHGSE, que celebramos neste ano.

Nossa Revista é o mais antigo periódico em circulação no Estado, mas torna-se centenária na condição de uma publicação renovada, prestigiada e cada vez mais importante: voltada para temáticas relativas a Sergipe, ela ostenta a avaliação máxima conseguida por um periódico sergipano – o Qualis B3 - e acaba de incluir no seu Conselho Editorial nomes como Roger Chartier, Peter Burke e Luiz Alberto Romero.

A proeza de manter a Revista por um século está inscrita com evidência na trajetória deste Instituto. Na sua “História da Casa de Sergipe”, Ibarê Dantas mostra que os sócios do Instituto sempre se empenharam

* Doutora em Geociências pela UNESP (Rio Claro), mestre em História pela UFPE e graduada em História pela UFS. Oradora do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Superintendente do IPHAN em Sergipe. Professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe

em lutar pela sobrevivência da agremiação e a publicação da Revista foi, nesta luta, um objetivo importante. Recursos como: atrair autoridades, conferir-lhes cargos honorários e conceder-lhes outras homenagens, em determinados momentos garantiram o financiamento da edição da Revista (DANTAS:1912, p. 54). Isto pode ser atribuído ao senso de realidade dos diretores, pois mesmo a Lei promulgada pelo Presidente Valladão (Lei nº 694 de 09/11/1915) que, em 1915, reconheceu como de utilidade pública o IHGSE, prometeu designação de prédio para o seu funcionamento, destinou-lhe verba anual e determinou que a “Revista trimestral do Instituto” fosse impressa na Tipografia Oficial por ordem do Governo (idem, p. 55), nunca permitiu aos diretores do sodalício a tranquilidade necessária para a manutenção do periódico.

A pretensão de manter periodicidade trimestral, jamais seria cumprida. Foram publicados dois números em 1913 e mais dois em 1914, mas o Instituto só conseguiu veicular outro número em 1916. “A partir daí – diz Ibarê – o periódico passou a anual e, nos anos subsequentes, a irregularidade foi o traço predominante.” (DANTAS: 2012, p. 63). Se, entretanto, a irregularidade atesta as dificuldades encontradas, a continuidade, apesar de tudo, destaca a persistência, a força e a importância que o IHGSE sempre conferiu à sua Revista. Nela está registrada a vida desta associação, com grande riqueza de informações. Ela é, por muito tempo, a voz do mundo intelectual de Sergipe, conferindo ao Instituto o papel de centro propulsor das atividades científico-literárias; e é, particularmente, o instrumento principal na tarefa de “invenção” de Sergipe a que se dedicou o Instituto. Nas suas páginas a construção de Sergipe pela história, pela geografia, pelo patrimônio cultural, pelos vultos ilustres e datas memoráveis testemunha o cumprimento da missão a que os membros do sodalício se impuseram.

Itamar Freitas de Oliveira, que fez alentado estudo sobre a Revista, parte do qual publicado pela editora da UFS, em 2002, com o título “A escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ - 1913/1999” é referência central para a caracterização do periódico, sua história, produção, circulação, autores, textos e matérias. Ele concebe o próprio trabalho como um convite para que o leitor conheça “um pouco dessa aventura

que foi organizar a experiência de milhares de sergipanos no tempo e no espaço e veiculá-la em formato revista por noventa anos.” (OLIVEIRA:2002, p. 21) Neste criterioso trabalho, assoma o estudo sobre o caráter da contribuição do periódico do IHGSE à história, à geografia, à biografia, à memória, à heurística e à historiografia sergipanas. Eu renovo o convite aos caros confrades e senhores e senhoras aqui presentes, para a leitura desta Revista, indicando os caminhos já trilhados pelos historiadores aqui nomeados. Verão os leitores que esta Casa tem motivos de sobra para se orgulhar da proeza de ter mantido até hoje o periódico agora centenário.

Mas Senhoras e Senhores não podemos esquecer de que fomos convocados para lembrar a data da Emancipação Política de Sergipe. Devemos rememorar a importância dessa data que se reporta à separação de Sergipe da tutela política da Bahia e dá início ao *status* de unidade política autônoma, primeiro como Capitania do Reino do Brasil, depois como Província do Império, mais tarde como Estado da Federação republicana. Nada mais oportuno, no centenário da Revista, do que ver através das suas páginas, como foi tratada a Emancipação Política, fato central na construção de uma identidade para Sergipe.

A primeira alusão à Emancipação Política está presente no número 01 da Revista, que publica a “Informação sobre a província de Sergipe em 1821”, Relatório do Secretário de Governo José Antônio Fernandes para o governador nomeado Carlos César Burlamaqui, contendo dados sobre a Capitania que ele viria governar. No número 2, do ano de 1913, aparece a “Relação dos cidadãos que têm governado a província de Sergipe, desmembrada da Bahia por Decreto de 08/07/1820, desde a instalação até 1889”, encabeçada pelo nome de Carlos César Burlamaqui com a explicação – “1º Governador independente da Bahia. Posse a 20 de fevereiro de 1821”. Já a referência ao governador que se seguiu, Pedro Vieira de Melo, vem com a explicação: “Governador subordinado à Bahia e nomeado pelo governo da Bahia em 06 de fevereiro. Posse em 20 de março de 1821”.

Mas é no número especial, publicado em 1920 e dedicado ao centenário da Emancipação, que o tema deixa de ser uma alusão indireta.

Este número, que teve como redatores Libério de Souza Monteiro, Álvaro Silva e Antônio Baptista Bittencourt é aberto com uma estrofe do poema épico “Caramuru”, de Santa Rita Durão, descrevendo Sergipe; segue-se a efígie de D. João VI e a transcrição do Decreto de 08 de julho, após o que vem a homenagem aos “gigantescos esforços políticos e intelectuais que conquistaram, há cem anos passados, a emancipação ou a independência política da Capitania de Sergipe Del Rey”.

É interessante como aparecem aí duas versões sobre a Emancipação Política de Sergipe: a de que ela é fruto da dádiva real através do Decreto de D. João VI e a de que ela foi resultado da luta, sendo conquistada pelo esforço político e intelectual dos sergipanos. Destes são destacados alguns, numa discutível lista de nomes composta até mesmo por quem ficou, no primeiro momento, contra a emancipação.

O IHGSE se preparou para comemorar solenemente o centenário da data histórica. As atas transcritas no número especial da Revista dão conta da criação de uma Comissão executiva para organizar as festas e das propostas apresentadas para a ocasião. O Presidente do sodalício, Desembargador Caldas Barreto, propôs a confecção de um monumento em bronze a Tobias Barreto, “o mais insigne dos sergipanos” (Revista do IHGSE: 1920, p. 21); a distribuição de medalhas comemorativas em bronze e a criação de um número especial da Revista do IHGSE.

Luiz José Costa Filho defendeu enfaticamente outra proposta do Presidente, a de ser confeccionada a Carta Geográfica de Sergipe, a ser distribuída aos outros estados da Federação, às escolas, aos Institutos Históricos e às bibliotecas públicas, por considerar que a falta desse mapa completo – físico, político e econômico - seria um dos óbices à “marcha triunfal da civilização em Sergipe” (idem, p.21). Já Nobre de Lacerda apresentou a proposta de que fosse elaborado um Álbum ilustrado, agrícola, industrial, político, literário e econômico do Estado; o Coronel Sabino Ribeiro defendeu a ideia da montagem de uma exposição industrial com produtos sergipanos e Álvaro Silva entendeu que deveria ser confeccionada a bandeira oficial de Sergipe.

Embora o Presidente do Estado, Pereira Lobo, tivesse afirmado que as comemorações deveriam ocorrer no dia 24 de outubro, o Instituto

realizou sessão solene no dia 08 de julho de 1920. Nela Caldas Barreto fez uma homenagem a D. João VI, “a quem os sergipanos devemos o primeiro reconhecimento da nossa autonomia”(p.24) e tratou dos motivos para a existência de duas datas comemorativas, o 8 de julho e o 24 de outubro. Em seguida, todos ouviram de pé a leitura da Carta Régia e o Presidente destacou “a grandeza política e jurídica do decreto real de 08/07/1820 tão caro ao povo sergipano” (p. 25).

Na mesma sessão Elias Montalvão doou ao Instituto uma moeda de bronze cunhada em 1820 e Costa Filho pronunciou conferência sobre o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto. Todos os presentes receberam reproduções do Decreto Real e dos retratos de D. João VI, do Presidente do Estado e do Comendador Boto.

O número especial da Revista traz ainda uma Sinopse Histórica de Sergipe a partir do Decreto Real de 08 de julho e artigos produzidos exclusivamente para a ocasião. Costa Filho, em “Um século de prática política”, trata dos “intelectuais” que lutaram pela Emancipação, buscando as origens de uma intelectualidade sergipana, caracterizada pelo pendor para a democracia e para o pensamento filosófico. Armino Guaraná biografou o sergipano José Pereira Filgueiras, que se integrou, no Ceará, à Confederação do Equador. Costa Filho retrata o fundador da imprensa sergipana, Padre Antônio Fernandes da Silveira.

No mesmo número, em “A propósito de uma data” (a da Emancipação) Prado Sampaio procura traçar o que seria o caráter sergipano. Segundo ele haveria um elemento hereditário e um elemento de adaptação de que resultaram as criações folclóricas, artísticas e intelectuais. Destacando o caráter lírico e audaz do sergipano, cita como exemplos os nomes de Sílvio Romero, Gomes de Souza, João Ribeiro, Tobias Barreto, Felisbelo Freire, Gumercindo Bessa e Fausto Cardoso.

Não foram esquecidos os autores da música e da letra do Hino Sergipano, respectivamente Frei José de Santa Cecília e Manoel Joaquim de Oliveira Campos, homenageados em artigos de Carvalho Lima Júnior e de Hermenegildo Leão.

É curioso que faz parte do número que homenageia a Emancipação Política o artigo de Niceu Dantas sobre a “Cirurgia Dentária em Sergipe”

e o surpreendente artigo de Helvécio Andrade “A Medicina em Sergipe durante um século”, estudo que constata, na Medicina, o atraso que “cem anos de independência não foram suficientes” para erradicar. É o mais longo e erudito artigo da Revista, tratando da formação profissional, das epidemias, das políticas de saúde e concluindo com a citação de nomes de médicos sergipanos desde a Proclamação da República.

Finalmente a Revista traz um panorama da Diocese de Aracaju, com informações sobre paróquias, oragos e párocos e uma “Síntese Intelectual 1820/ 1920”, com uma explicação sobre a homenagem proposta pelo IHGSE a Tobias Barreto, através da sua estátua em bronze. Em nota de Costa Filho, o pensador sergipano é comparado a grandes intelectuais alemães. Encerra a edição, a transcrição de documentos históricos – Atas do Conselho de Governo de 1828 e de janeiro de 1829 e o Calendário de 1820, com informações sobre as fases da lua, as festas religiosas e cívicas, entre a quais aparece assinalado o 8 de julho, como dia da Emancipação de Sergipe.

Este número especial é inspirador, pelo balanço que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe oferece a respeito dos primeiros cem anos da nossa história independente. Da política à vida intelectual, da saúde à vida religiosa, passando por vultos ilustres, datas cívicas, análise sobre o caráter e a identidade dos sergipanos, afinada com as discussões correntes à época, tudo resulta numa construção que dá cara e corpo a esta unidade, onde os grandes feitos são também feitos intelectuais, sinalizando que o grupo diretor do Instituto se projeta para projetar o próprio sodalício e se faz simbolizar no grande Tobias Barreto.

A Emancipação Política foi tema ainda de outras produções em números posteriores da Revista do IHGSE. Thetis Nunes discorreu sobre o significado do 8 de julho, Ibarê Dantas tratou da historiografia da Emancipação e nos discursos das diversas sessões comemorativas, os oradores tiveram diferentes abordagens sobre o tema. O bom senso me diz, porém, que não posso abusar da paciência do auditório. Fiquemos, portanto, com a homenagem à data que comemoramos, através da nossa Revista centenária, no seu número especial de 1920.

Muito obrigada!